

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional**  
**Programa de Pós-graduação em Estudos da Ocupação**

Avelin Buniacá Kambiwá

**O COMITÊ INDÍGENA MINEIRO: ressignificando o cotidiano de indígenas  
desterritorializados**

Belo Horizonte  
2024

**O COMITÊ INDÍGENA MINEIRO: ressignificando o cotidiano de indígenas desterritorializados**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Cristiane Miryam Drumond de Brito

Coorientadora: Raquel de Magalhães Borges

Belo Horizonte  
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA OCUPAÇÃO



O48c Oliveira, Avelin Rosana Rolim Correia  
2024 O Comitê Indígena Mineiro: ressignificando o cotidiano de indígenas desterritorializados. [manuscrito] / Avelin Rosana Rolim Correia de Oliveira – 2024. 44 f.: il.

Orientadora: Cristiane Miryam Drumond de Brito  
Coorientadora: Raquel de Magalhães Borges

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 43-44

1. Indígenas – Teses. 2. Cultura – Teses. 3. Minas Gerais – Teses. I. Brito, Cristiane Miryam Drumond de. II. Borges, Raquel de Magalhães. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. IV. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Danilo Francisco de Souza Lage, CRB 6: n° 3132, da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

## ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA

### AVELIN ROSANA ROLIM CORREIA DE OLIVEIRA

Realizou-se, no dia 28 de junho de 2024, às 14:00 horas, <https://meet.google.com/gip-jzqf-zka>, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *O Comitê Indígena Mineiro: ressignificando o cotidiano de indígenas desterritorializados*, apresentada por AVELIN ROSANA ROLIM CORREIA DE OLIVEIRA, número de registro 2021700024, graduada no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS DA OCUPAÇÃO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Cristiane Miryam Drumond de Brito - Orientadora (UFMG), Prof(a). Raquel de Magalhães Borges (Universidade Federal de Juiz de Fora), Prof(a). Jose Luiz Quadros de Magalhaes (UFMG), Prof(a). Heliana Castro Alves (UFTM).

A Comissão considerou a dissertação:

(X) Aprovada

( ) Reprovada


A versão final da dissertação, devidamente corrigida, deverá ser entregue até 60 dias após sua defesa.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.


Belo Horizonte, 28 de junho de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **CRISTIANE MIRYAM DRUMOND DE BRITO**  
Data: 28/06/2024 11:34:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof(a). Cristiane Miryam Drumond de Brito ( Doutora )

Documento assinado digitalmente  
 **RAQUEL DE MAGALHAES BORGES**  
Data: 28/06/2024 12:47:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Raquel de Magalhães Borges ( Doutora )

Documento assinado digitalmente  
 **JOSE LUIZ QUADROS DE MAGALHAES**  
Data: 09/07/2024 12:45:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Jose Luiz Quadros de Magalhaes ( Doutor )

Documento assinado digitalmente  
 **HELIANA CASTRO ALVES**  
Data: 01/07/2024 11:49:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Heliana Castro Alves ( Doutora )

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um esforço coletivo da sistematização de uma grande quantidade de informações e vivências de muitas pessoas indígenas desterritorializadas unidas em prol da busca do Bem Viver fora de seus territórios de origem, através de tantos anos de esbulhos.

Nossas vivências que são socializadas de acordo com os métodos de tradição oral, e também no fazer diário se mostrou para mim de difícil reprodução em linguagem acadêmica, como fala o Xamã Davi Kopenawa, “nossos saberes não cabem no papel...”.

Agradeço em primeiro lugar a Tupã, e aos bons encantos de luz, as rezadeiras e raizeiras, mestras das tradições; aos pajés, xamãs, tuxauas, kujãs e a todos os líderes espirituais de todos os povos indígenas, mestres que com sua sabedoria tem nos ensinado a resiliência, e a esperança radical em sempre recriar caminhos.

Gratidão a minha avó Nair de Goés, que mesmo sendo destituída de tudo inclusive de sua casa pelas obras de canalização do rio Moxotó, jamais perdeu sua bravura e capacidade de lutar. A minha mãe Maria de Socorro e meu pai Benedito Correia, que mesmo receosos com as implicações da luta jamais me impediram de fazê-lo.

A todos meus amigos, indígenas, pró-indígenas<sup>1</sup> do CIM, agradeço por construírem comigo esse trabalho.

Minha infinita gratidão a Cristiane Miryam Drumond de Brito que acreditou na minha capacidade e na forma desta construção coletiva chamada CIM (Comitê Indígena Mineiro). Gratidão por todo incentivo e suporte que me deu para chegar até aqui. Meu muito obrigada por atuar como minha orientadora, mas também como amiga e incentivadora. Agradeço também a minha Co-Orientadora Raquel de Magalhães Borges pela presença e auxílio importante na organização desta pesquisa.

Agradeço à equipe da secretaria do Mestrado, e todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

---

<sup>1</sup> Criei esse termo para designar pessoas de outras etnias que valorizam o Bem viver e se unem aos povos indígenas a fim de fortalecer suas lutas por direitos e proteção à Mãe Terra.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao povo Kambiwá, à minha família na aldeia Baixa da Alexandra: Maraysa Vasti e Carlos Francisco (In Memoriam), Madrinha Cucuca e Maria Justa, meu amigo Tahimã, por todas as ideias que trocamos,

e principalmente ao meu filho Jeffrey, pelo apoio incondicional, por me fazer acreditar e trabalhar para a construção de um futuro possível a todas as pessoas indígenas principalmente as crianças e jovens indígenas desterritorializados. Ofereço meu amor e dedico este trabalho.

Kuêkatu retê!<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> “Muito Obrigada” em língua "Nheengatu".

“Meu Caboclo Índio o que é que anda fazendo aqui.  
Meu Caboclo índio o que é que anda fazendo aqui.  
Eu ando é por terra alheia, corrigindo a nossa aldeia  
Meu caboclo índio” (Toante Kambiwá).

## RESUMO

Essa pesquisa analisa a experiência do Comitê Indígena Mineiro (CIM), uma organização que surgiu em 2012 em Belo Horizonte para apoiar indígenas desterritorializados no enfrentamento dos desafios vividos por povos indígenas em contexto de desterritorialização. Discute as estratégias do CIM para promover o Bem Viver, valorizar a ancestralidade e gerar adaptação criativa, configurando formas de resistência étnica e auto-organização. A pesquisa busca compreender se o CIM é capaz de resgatar o Bem Viver indígena no cotidiano desses povos. O CIM une indígenas de diversas etnias que sofrem com o isolamento e perda de identidade, saberes tradicionais e direitos ao sair de suas terras. O coletivo busca criar um sistema cooperativo para defender os direitos dos povos indígenas. Realiza eventos culturais e lutas políticas, como o apoio a retomadas de território. A pesquisa tem abordagem qualitativa, é caracterizada como Estudo de Caso. Os participantes da pesquisa são pessoas indígenas e pró-indígenas do CIM. A coleta de dados foi realizada por meio de rodas de conversa, em formato virtual, gravada e transcrita e analisada seu conteúdo. O referencial teórico é o Bem Viver indígena e o direito à autodeterminação e auto-organização indígena reconhecido pela ONU. O CIM tem sido fundamental para reunir indígenas desterritorializados na luta por direitos, com participação em conselhos municipais, em eventos culturais e políticos, na conquista de espaços como a feira Abya Yala, a Semana indígena de Belo Horizonte, em um processo de indigenização da cidade. Mas, algo fundamental é o cuidado coletivo entre os indígenas por meio de rituais, práticas de saúde indígenas, resgate de modos de vida, valorização da ancestralidade como estratégias para promover o Bem Viver.

**Palavras-chave:** povos indígenas; desterritorialização; bem viver; ancestralidade

## ABSTRACT

This research analyzes the experience of the Minas Gerais Indigenous Committee (CIM), an organization that emerged in 2012 in Belo Horizonte to support dispossessed indigenous people in facing the challenges experienced by indigenous peoples in the context of dispossession. It discusses CIM's strategies for promoting Good Living, valuing ancestry and generating creative adaptation, configuring forms of ethnic resistance and self-organization. The research seeks to understand whether the CIM is capable of rescuing the indigenous Good Life in the daily lives of these peoples. CIM unites indigenous people from different ethnic groups who suffer from isolation and loss of identity, traditional knowledge and rights when they leave their lands. The collective seeks to create a cooperative system to defend the rights of indigenous peoples. It organizes cultural events and political struggles, such as support for retaking territory. The research has a qualitative approach and is characterized as a case study. The research participants are indigenous and pró-indigenous people from the CIM. Data was collected through conversation circles, recorded and transcribed in virtual format, and its content was analyzed. The theoretical framework is indigenous Good Living and the right to self-determination and indigenous self-organization recognized by the UN. The CIM has been fundamental in bringing together dispossessed indigenous people in the fight for rights, with participation in municipal councils, cultural and political events, and the conquest of spaces such as the Abya Yala fair, the Indigenous Week of Belo Horizonte, in a process of indigenizing the city. But something fundamental is the collective care among indigenous people through rituals, indigenous health practices, the rescue of ways of life, the valorization of ancestry as strategies to promote Good Living.

**Keywords:** indigenous peoples; deterritorialization; good living; ancestry.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2. OBJETIVO GERAL</b>	14
2.1. OBJETIVO ESPECÍFICO	14
<b>3. METODOLOGIA</b>	14
3.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA	15
3.2 COLETA DE DADOS	15
3.3 ANÁLISE DOS DADOS	16
4. ARTIGO	17
5. REFERÊNCIAS	39

## **APRESENTAÇÃO**

Como previsto na Resolução nº. 02/2021, que estabelece os critérios para a defesa de dissertação do Curso de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação (CPGEO) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), essa dissertação apresenta o formato de artigo. Sendo organizado com introdução geral, metodologia detalhada, artigo que se deriva do estudo e das considerações finais. O presente trabalho foi formatado de acordo com as normas da Revista do Departamento de Ciências Sociais da UNIMONTES - Argumentos, para a qual pretende-se submissão para publicação.

## 1 INTRODUÇÃO

O Comitê Indígena Mineiro (CIM) foi fundado inicialmente como um coletivo para ações pontuais e manifestações no ano de 2012, na cidade de Belo Horizonte – MG, organizado por ativistas, indígenas e demais cidadãos em defesa das causas indígenas no Estado de Minas Gerais, no país e no mundo. O nome era “Comitê Mineiro de Apoio às causas indígenas” (CMACI), porque foi criado para prestar apoio e solidariedade ao povo Guarani e Kaiowá que viviam uma situação alarmante e conseguiram atingir a opinião pública, relembre o caso: Em 2012, a Justiça deu ganho de causa a fazendeiros que pediam que 170 indígenas desocupasse uma área ainda não demarcada no Mato Grosso do Sul. Revoltados com a decisão, sob pressão dos ruralistas e comendo uma vez por dia, os indígenas mandaram uma carta aos juízes em que reivindicavam: “Pedimos ao Governo e à Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos que decretem a nossa morte coletiva”

Diante de tão grande tragédia humanitária, indígenas em contexto urbano, universitários e demais cidadãos se reuniram para manifestar sua indignação e seu apoio aos parentes. Quando a emergência foi sanada parcialmente, visto que esses povos permanecem lutando por seus territórios ainda hoje, grande parte do grupo que se reuniu para constituição do CMACI se manteve unido com a finalidade de dar suporte em demandas jurídicas, médicas, assistenciais e, ao mesmo tempo, promover políticas públicas continuadas para essa população em contexto urbano e em trânsito. Assim, a união ocorrida em um momento de emergência indígena em prol de seus parentes, se desdobrou para questões locais, pois algumas dessas pessoas eram indígenas que se encontravam em extrema vulnerabilidade, apagados na cidade, isolados e sem articulação política que favorecesse a proposição de projetos de leis municipais e estaduais que atentassem para suas realidades enquanto povos indígenas. Com a continuidade do grupo, maior organização e inserção de diferentes grupos indígenas, houve o entendimento que o nome deveria mudar para Comitê Mineiro Indígena (CIM), para que retratasse melhor a realidade de autogestão e auto organização. Foi mantida a proposta de estar presente em emergências indígenas em outro território, no entanto o olhar seria mais regionalizado, buscando, principalmente, propor soluções para os desafios das pessoas indígenas residentes ou em trânsito em Belo Horizonte e Região metropolitana.

Deste Comitê, despontaram lideranças, como Avelin Kambiwá, mulher indígena do povo Kambiwá, etnia do alto sertão Pernambucano, pesquisadora integrante deste estudo. O foco do CIM na defesa dos direitos de todos os seres vivos do planeta Terra é baseado na

cosmovisão indígena que tem a Mãe Terra como sua provedora. Os indígenas de várias etnias presentes neste território têm se deslocado para contextos urbanos, em uma tentativa de se manterem vivos, pois o próprio Estado desde sua fundação tem sistematicamente imprimido suas forças para destruição desses povos, exploração da mãe natureza com objetivo de ganhar dinheiro, incentivar o consumo e violentar seres vivos como os minerais, a água, as florestas e o próprio ser humano para obterem lucro.

Nestes mais de dez anos de existência, o CIM incentiva a apropriação da cidade e dos espaços públicos, valoriza as diferentes culturas e, sempre que possível, estabelece diálogos e trocas multiculturais. Este coletivo tem demonstrado que, para além de fortalecer o trabalho autônomo (exposições de artes, participação em eventos culturais e ambientais, etc.), fomenta e se engaja também na promoção de discussões de assuntos relevantes que contribuam para a construção e reflexão das políticas públicas voltadas para as temáticas: indígenas, território e territorialidades, meio ambiente, letramento racial e de gênero, direitos à cidades justas e sustentáveis, direitos das mulheres, crianças, adolescentes e juventude indígenas. As reuniões e encontros buscam sempre trazer o sagrado, a espiritualidade, a coletividade, a fartura e o Bem Viver.

O Bem Viver na perspectiva dos povos originários vem reafirmar a identidade indígena expressa em modos de viver no dia a dia, capazes de ressignificar uma cultura de morte e ódio e trabalhar o " Teko porã ", um bom caminho para uma sociedade do Bem Viver. O Bem viver vem do mundo indígena inspirado em modos de viver em harmonia, equilíbrio na vida do ser humano consigo mesmo, com indivíduos em comunidade, entre comunidades, entre povos e nações. E todos, indivíduos e comunidades, vivendo em harmonia com a Natureza. O ser humano é visto como mais um ator na Natureza, e não como o principal (Kothari, Salleh, Escobar, Demaria, Acosta, 2019). Não é fácil para as pessoas indígenas em meio urbano desenvolver estratégias de manutenção do Bem Viver, por isso, é uma prática que vem sendo negociada no processo intercultural como forma de manutenção do sentido da vida indígena, com reafirmação da ancestralidade e da saúde. A sabedoria indígena compreende que a natureza é parte constituinte do ser humano, portanto, ser indígena e viver nos centros urbanos é conviver diretamente com a racionalidade ocidental que buscou meios de se diferenciar e se afastar de tudo o que seja natural, em uma ruptura com a natureza. A partir dessa perspectiva, faz sentido imaginar outra maneira de se organizar de forma descentralizada como o CIM e que contribuam para que os povos indígenas desterritorializados se unam em torno de formas de organização descolonial e/ou decolonial e contra colonial.

Atualmente vem crescendo o número de indígenas desterritorializados. Os dados apresentados pelo censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), apontam que a maior parte dos indígenas brasileiros, em torno de 63,27%, vivem fora das Terras Indígenas, estando presentes nas cidades, em áreas urbanas e rurais, em áreas remotas e em favelas, o que reforça a importância da elaboração de ações e políticas que contemplem os desafios socioculturais, econômicos e de acesso aos direitos sociais, vividos por aqueles desterritorializado.

Diante desse histórico e das intervenções junto a grupos indígenas, esta pesquisa buscou compreender se o CIM é capaz de viabilizar o Bem Viver Indígena no cotidiano de povos indígenas desterritorializados no contexto urbano da cidade de Belo Horizonte (BH) e em sua região metropolitana (RMBH).

Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa e transversal, por meio de uma roda de conversa com os integrantes do CIM. Foi feita uma análise de conteúdo, e as categorias identificadas foram discutidas em diálogo com a própria história do CIM, os documentos construídos e o Bem Viver indígena.

## 2 OBJETIVO GERAL

Compreender se o CIM é capaz de resgatar o Bem Viver indígena no cotidiano de povos indígenas desterritorializados em contexto urbano a partir do direito dos Povos Indígenas de terem instituições independentes, além de outros direitos igualmente importantes para defender a sua autodeterminação.

### 3.1. OBJETIVO ESPECÍFICO

- Conhecer a história do CIM e suas diversas atuações ao longo de seus 12 anos de existência por meio documental e também em diálogo com os povos originários que o compõem.
- Analisar quando cada participante do CIM iniciou sua inserção e quais lutas e/ou atividades estão envolvidos.
- Pesquisar como é o envolvimento de cada participante com o CIM.
- Explorar as possíveis práticas do Bem Viver resgatadas e ressignificadas a partir do coletivo CIM.

### 3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, em que foi realizado um levantamento de dados a partir da observação em uma roda de conversa com integrantes do CIM. Esse modo de pesquisa viabilizou uma análise de conteúdo, em que as categorias temáticas foram identificadas e discutidas. A roda de conversa surgiu a partir de questões geradoras propostas pela pesquisadora.

#### 4.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Estiveram presentes na roda de conversa, 13 indígenas e 3 pró-indígenas que participam e/ou participaram do CIM em pelo menos uma atividade que o mesmo tenha promovido.

#### 4.2 COLETA DE DADOS

Antes de iniciar a coleta de dados, todos os participantes assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual contém de forma clara e sucinta os objetivos do estudo, seus riscos e seus benefícios. Os dados foram coletados por meio de uma roda de conversa, realizada pela plataforma online Google Meet, pois foi a maneira mais acessível para assegurar a participação de todos, visto que, em Belo Horizonte, os deslocamentos geram custos de transporte. O encontro foi gravado e, posteriormente, transcrito.

Para disparar a reflexão e o debate a pesquisadora apresentou algumas perguntas norteadoras. Como é ser indígena em contexto urbano. Como era a vida de antes e depois de participarem do CIM? A participação no CIM modificou práticas cotidianas?

#### 4.3 ANÁLISE DOS DADOS

O método de análise será a Análise de Conteúdo que guiou a organização de dados coletados, agregando os discursos sem diminuir os mesmos, sem reduzi-los a quantidade. Consideramos o conteúdo como uma comunicação polissêmica que permite variedades de interpretações (Campos, 2004). Ao escutar durante a coleta de dados e na transcrição fluiu interações significativas com todo o conteúdo e fui fazendo leituras fluidas assimilando o que

foi dito com elaborações sobre os temas que surgiam. Essas leituras iniciais promovem uma visão “descolada”, a qual permite ao pesquisador transcender a mensagem explícita e de uma forma menos estruturada já conseguir visualizar significados (Campos, 2004).

Na continuidade da leitura e releitura foram se organizando temas que respondiam aos objetivos da pesquisa que possibilitaram a análise de cada conteúdo. Os conteúdos temáticos foram compreendidos em rede com entrelaçamentos que nos apontam a percepção dos indígenas sobre o CIM e sua potência para proporcionar o Bem Viver a indígenas desterritorializados e possibilitou a construção do artigo para Revista UNIMONTES – Argumentos, como uma escolha possível prevista na Resolução nº. 02/2021 do Curso de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação (CPGEO) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

#### 4 ARTIGO

### **O Comitê Indígena Mineiro: ressignificando o cotidiano de indígenas desterritorializados**

**Resumo:** O artigo analisa a experiência do Comitê Indígena Mineiro (CIM), uma organização que surgiu em 2012 em Belo Horizonte e que apoia indígenas no enfrentamento dos desafios vividos em contexto de desterritorialização. O CIM une indígenas de diversas etnias que sofrem com o isolamento e perda de identidade, saberes tradicionais e direitos ao sair de suas terras, além de apoiadores pró-indígenas<sup>3</sup>. O coletivo busca criar um sistema cooperativo para defender os direitos dos povos indígenas e realiza eventos culturais e lutas políticas, como o apoio a retomadas de território. Foi realizada uma pesquisa com objetivo de compreender se o CIM é capaz de resgatar o Bem Viver indígena no cotidiano dos indígenas desterritorializados, como por exemplo, indígenas que foram expulsos das terras tradicionais ancestrais, indígenas em trânsito para estudar, vender artesanatos, fazer tratamentos, visitar parentes entre outros. Indígenas desterritorializados pela dominação subjetiva do capitalismo com apagamentos sistemáticos dos modos de vida indígena impondo a racionalidade eurocêntrica. A metodologia foi qualitativa com diálogos em roda de conversa e análises temáticas de conteúdo. O referencial teórico é o Bem Viver indígena e o direito à autodeterminação e auto-organização indígena reconhecido pela ONU.

O CIM tem estratégias para promover o Bem Viver, valorizar a ancestralidade e gerar adaptação criativa, configurando formas de resistência étnica e auto-organização.

**Palavras-chave:** povos indígenas; desterritorialização; bem viver; ancestralidade

**Abstract:** The article analyzes the experience of the Minas Gerais Indigenous Committee (CIM), an organization that was set up in 2012 in Belo Horizonte and which supports indigenous people in facing the challenges they face in the context of deterritorialization. The CIM brings together indigenous people from various ethnic groups who are suffering from

---

<sup>3</sup> Criei esse termo para designar pessoas de outras etnias que valorizam o Bem viver e se unem aos povos indígenas a fim de fortalecer suas lutas por direitos e proteção à Mãe Terra.

isolation and loss of identity, traditional knowledge and rights as they leave their lands, as well as pró-indigenous supporters. The collective seeks to create a cooperative system to defend the rights of indigenous peoples and organizes cultural events and political struggles, such as support for retaking territory. A survey was carried out with the aim of understanding whether the CIM is capable of rescuing the indigenous Good Life in the daily lives of dispossessed indigenous people, such as indigenous people who have been expelled from their traditional ancestral lands, indigenous people in transit to study, sell handicrafts, undergo treatment, visit relatives and so on.

Indigenous people dispossessed by the subjective domination of capitalism with systematic erasure of indigenous ways of life by imposing Eurocentric rationality. The methodology was qualitative, with dialogues in conversation circles and thematic content analysis. The theoretical framework is indigenous Good Living and the right to self-determination and indigenous self-organization recognized by the UN. The CIM has strategies for promoting Good Living, valuing ancestry and generating creative adaptation, configuring forms of ethnic resistance and self-organization.

**Keywords:** indigenous peoples; deterritorialization; good living; ancestry

**Resumen:** El artículo analiza la experiencia del Comité Indígena de Minas Gerais (CIM), organización creada en 2012 en Belo Horizonte y que apoya a los pueblos indígenas para enfrentar los desafíos que enfrentan en el contexto de desterritorialización. El CIM reúne a pueblos indígenas de diversos grupos étnicos que sufren aislamiento y pérdida de identidad, conocimientos y derechos tradicionales al abandonar sus tierras, además de partidarios pró indígenas. El colectivo busca crear un sistema cooperativo para defender los derechos de los pueblos indígenas y organiza eventos culturales y luchas políticas, como apoyo a la retoma de territorio. Se realizó una investigación con el objetivo de comprender si el CIM es capaz de rescatar el Buen Vivir indígena en el cotidiano de los pueblos indígenas desterritorializados, como los indígenas que fueron expulsados de sus tierras ancestrales tradicionales, los indígenas en tránsito para estudiar, vender artesanías, someterse a tratamientos, visitar a familiares entre otros. Pueblos indígenas desterritorializados por la dominación subjetiva del capitalismo con borrados sistemáticos de los modos de vida indígenas por una imposición de la racionalidad eurocéntrica. La metodología fue cualitativa, con diálogos en círculos de conversación y análisis de contenido temático. El marco teórico es el Buen Vivir indígena y el derecho a la autodeterminación y autoorganización indígena reconocido por la ONU. El CIM cuenta con

estrategias para promover el Buen Vivir, valorar la ancestralidad y generar adaptación creativa, configurando formas de resistencia étnica y autoorganización.

**Palabras clave:** pueblos indígenas; desterritorialización; buen vivir; ancestralidad.

## 1. INTRODUÇÃO

Inicio esse artigo contando minha história oralmente, a qual transcrevo os movimentos íntimos, pessoais, subjetivos e espirituais para o enredo do artigo científico, tradicionalmente rígido e distante de quem o produz. É uma forma de mais uma vez queimar as caravelas do pensamento colonial e pular os muros do amansamento.

### 1.1. REFLEXÕES

A desconexão do território se reflete na perda dos saberes tradicionais, na perda das tradições e com grandes confusões internas que acabam nos desconectando da cultura e do modo de viver indígena. É como estar desterrado na própria terra, é como viver exilado de si mesmo. Durante a minha vida enquanto indígena desterritorializada, vivi sob várias situações de desconexão interna.

Quero falar sobre essa desconexão interna e como a migração pode fazer com que imensos adoecimentos aconteçam para indígenas fora do seu território. A migração é um processo complexo, já que você não vai mais ouvir o sotaque em que você está acostumada, não vai comer mais as comidas que você está acostumada, você vai estar em clima diferente. As roupas mudam, os sons ao seu redor mudam e você pode realmente se sentir fora do seu tempo.

Quando essa desconexão acontece, abre muitas portas para o adoecimento físico, mental, emocional e espiritual. Muitas situações de depressão, alcoolismo, uso de drogas e violência podem acontecer. Além das perdas dos rituais, das rezas, das práticas cotidianas do Bem Viver. O adoecimento mental é o mais típico, com o abuso de álcool e outros entorpecentes. Essa é parte da minha história. E, é assim, a partir da dor da desconexão, que a reunião de outros indígenas, também desconectados e fora de seus territórios e até de si mesmos, acontece.

Por volta dos 12 anos de idade, a minha família foi morar numa região periférica da cidade de Belo Horizonte. Os modos de viver, a cultura, a própria relação com a vizinhança fez com que a intensidade da migração recaísse sobre mim. Sou a filha caçula de uma família de três irmãs e somos cinco pessoas, contando com meu pai e minha mãe. Somente eu, das três, tive a incapacidade de me adaptar a Belo Horizonte. Tudo era muito intenso, desde a escola em que não conseguia escrever e aprender por outra via senão a oralidade, até a sensação de inadequação pessoal e familiar, visto que não tínhamos amigos e o adoecimento mental logo veio com episódios de depressão, tentativa de autoextermínio e abuso intenso de álcool. O não pertencimento, a desconexão interna, o autoexílio, fazem parte de um processo de colonização da psique.

Meus pais também foram desconectados da espiritualidade indígena, dos processos de cura e dos conhecimentos tradicionais ancestrais do povo Kambiwá, povo de origem matrilinear, da qual eu pertença. As buscas desesperadas dos meus pais para que eu não perdesse a vida por diferentes formas, levaram com que eles frequentassem mais arduamente as igrejas evangélicas, pois buscavam conexões, buscavam saídas. E assim, passou a acontecer várias internações e tentativas de reabilitação da minha pessoa nesses chamados centros de recuperação de alcoólatras e drogados mantidos por evangélicos.

Muito assustados com o meu processo de desconexão interna advinda da desconexão do território, dos modos de ser e estar, de pensar e dos modos de vida tradicionais, eles buscaram muitas soluções, principalmente nas igrejas pentecostais, que se proliferavam nos anos 90 e nos anos 2000, principalmente nas periferias. Essas casas de recuperação funcionavam sem nenhuma regularização, como acontece até hoje em lugares mais distantes dos centros urbanos. Elas trabalham com usuários de álcool de outras drogas com rígida disciplina dos horários e uma doutrinação intensa. Os centros de recuperação são de duras rotinas de leitura da Bíblia, jejum e outros processos de pacificação, de domesticação.

A pacificação e a domesticação das pessoas nesses lugares aconteciam de formas grotescas, e estar ali, longe da própria cultura, dentro de uma imensa desconexão interna, inserida em um processo de tentativa de expurgar esse mal de dentro de mim, foram umas das consequências mais dolorosas da colonização. Os processos de amassamento sobre mim, a minha dor e a minha desconexão falharam. Foram inúmeras fugas desses centros de reabilitação. Meus pais exaustos das tentativas de me fazerem estar bem em um outro contexto de vida, resolveram me levar para um local, que seria uma base missionária no norte do Brasil. Essa base missionária localizada na beira do rio Madeira, na Estrada do Belmonte, na cidade de Porto Velho, tinha uma tradição muito forte de evangelização de povos indígenas. A tradução

da Bíblia para as línguas indígenas era realizada por uma geração de lideranças indígenas evangélicas para a conversão da população ao Evangelho. As pessoas indígenas que viviam nessa base missionária viviam sempre aprendendo os modos de ser dos colonizadores. Dos professores ali, a maioria eram pessoas brancas, um número imenso de pessoas norte-americanas que faziam esses trabalhos de missionário em terras indígenas, inclusive com contato com indígenas semi isolados e de recente contato.

Essa base missionária contava com uma excelente estrutura: aviões que pousavam sobre a água, laboratórios para detecção de malária e cursos de detecção de malária, de microscopia. Possuíam laboratórios para gravação das línguas mães e posterior tradução da Bíblia, bem como o aprendizado das línguas de povos de recente contato pelos missionários. Mais uma vez a colonização se mostrava sob sua faceta horrorosa, ou seja, trocar a cultura, tirar a sua essência, o seu modo de ver o mundo, para então enfraquecer a sua liberdade e a sua forma de pensar. Demonizar a sua espiritualidade, colocar outro Deus no lugar. Essas foram as piores ferramentas de desconexão interna que eu pude encontrar, tão letais quanto o alcoolismo.

Mas, nesse novo lugar havia certa liberdade, porque não ficávamos presos dentro da base missionária. Podíamos sair em finais de semanas alternados e podíamos falar com os nossos parentes por telefone. Na época, o telefone usado era o orelhão e não tínhamos muitos recursos financeiros, portanto não era sempre que conseguíamos falar e havia famílias de indígenas que não tinham acesso a telefone. Mas, não estávamos presos, assim como acontecia nas casas de recuperação pelas quais passei na região metropolitana de Belo Horizonte e no interior de Minas Gerais.

Essa relativa liberdade nos dava espaço para poder conversar e dizer de nossas angústias. Afinal de contas, eu era a única pessoa ali que estava em processo de desintoxicação de álcool e drogas, mas não era a única pessoa indígena que me sentia desconectada das minhas próprias origens. Encontravam ali indígenas de vários estados e várias etnias, sobretudo etnias do Norte, povos como Sateré-Mawé, Paumari, povos do Nordeste, como Tapeba, entre outros, estavam em grande número neste campo missionário.

Povos de recente contato, como o Suruwaha e a Jamamadi, entre outros povos mais fechados para a sociedade envolvente, também viviam na mesma base missionária para o trabalho de tradução da bíblia em suas línguas. A transculturalidade, era uma das palavras utilizadas nesse campo missionário, para dizer de uma certa aceitação da cultura indígena, mas não como ela é. Havia a necessidade de higienizar e retirar as faces lidas como demoníacas de dentro da cultura indígena.

Novamente, esse dualismo diante da cultura indígena me fazia sentir uma desconexão interna e dessa vez, essa desconexão interna também era compartilhada por outros indígenas presentes nesse campo missionário. A ideia de bom e ruim, de bem e de mal, de luz e escuridão, distantes da cultura indígena, eram impostas. Visões dualistas do mundo quase sempre são reducionistas e não podem acompanhar a ampla diversidade de pensamentos indígenas e as complexas e diversas cosmologias indígenas que entendem a inter-relação e a interconexão entre humanos e não humanos, espíritos, plantas e animais. Isso faz parte do nosso modo de ver, agir e pensar. Com a migração, esse pensamento fica confuso, pois não sabemos o rumo a tomar e como se comportar quando a nossa forma indígena de ser é criticada e, ao mesmo tempo, a adequação nos força à mera repetição dos jeitos de ser e estar nos ambientes sociais, para que possamos nos integrar mais facilmente com a nova realidade e com o processo de evangelização. Não há uma compreensão a respeito desse novo comportamento, pois não há um processo de educação, e sim uma imposição correspondida pela repetição.

Dentro desse contexto, de desconexão interna e individual do território, e agora também coletiva da espiritualidade, nesse compartilhamento de vazios e falta de sentidos com outras pessoas indígenas, de outras etnias e diversas línguas, houve uma conexão dentro da desconexão, numa tentativa de se fazer entender e de se reconhecer novamente no mundo. O ambiente em que vivíamos dentro da floresta amazônica, uma floresta ainda poderosa, mesmo que violada, nesta base missionária construída majoritariamente de casas de madeira daquela mesma floresta, rodeada de grandes árvores e igarapés, e banhada pela imensidão do rio Madeira, com sua vida pulsante e dezenas de botos que dançavam ao sol em todos os finais de tarde, nos lembrava a todo o tempo a nossa origem como parte da natureza. As conversas que tínhamos com as árvores nos faziam entender que éramos de um outro lugar e não pertencemos àquele lugar pacificador de um evangelho de conciliação e de dualidades.

Suprimir o nosso próprio pensamento, seja pela desconexão do território, seja pela desconexão com a cosmovisão era muito violento para que a nossa própria robustez psicológica, emocional e espiritual conseguisse sobreviver. O processo de desconexão com a Terra tentava se impor de muitas formas. O primeiro é a migração, a desconexão com o território. A segunda, a desconexão com a cultura e o modo de viver. O exílio, que para mim se apresentou no formato de casas de recuperação e agora em uma base missionária para conversão de povos indígenas, se tornava cada vez mais estarecedor, visto que dessa vez haviam outros povos exilados em busca de pertencer. O exílio para os povos indígenas se dá de muitas formas: físicas, emocionais e espirituais. Mas quando estamos juntos no exílio, a resistência é possível.

Pequenas rebeliões, como o fato de manter hábitos como o de fumar em um contexto evangélico, eram, por si só, movimentos de revolução interna. As conversas no igarapé, a teimosia em estar à beira do rio Madeira em horários proibidos pelos missionários. As idas para dentro da mata deram sinais de que o nosso espírito não se dobraria. A tentativa de manter alguns rituais, tocar o maracá e cantar canções tradicionais eram atos de resistência contra o total apagamento e a desconexão interna e externa. Na resistência haviam muitos povos, muitas etnias, muitas línguas, todos com um ponto em comum: a busca por pertencimento, que às vezes se dá de forma atrapalhada e autodestrutiva dos vícios, no álcool e na perda total de vínculo com seu próprio povo, com a sua ancestralidade. Às vezes se dá de forma mais equilibrada na tentativa de encontrar em uma religião o alívio para a dor que é estar desconectado e suportar as violências da colonização.

Nos conectamos pela dor, por estarmos partidos, quebrados, faltantes. E nesse lugar, fizemos com que a nossa expressão se reinventasse. Éramos como a floresta, quando é queimada dezenas e dezenas de vezes, os brotos voltam a reverdecer e a floresta volta a crescer. Juntos nesta pluralidade de povos e com a floresta diversa, nós começamos a crescer. A minha floresta interior começou a crescer de novo, com diversas flores de diversas cores e diversas espécies, convivendo ali, fazendo com que o nosso ecossistema interno fosse forte, mas principalmente fazendo com que as minhas raízes novamente se conectarem à minha ancestralidade, à minha força de uma memória longa, antiga e ancestral.

E essa grande floresta, com árvores fortes e robustas, a casa de muitas outras vidas, passou a existir com força dentro do meu coração, que anteriormente estava vazio pela desconexão. A desconexão e a desterritorialização fizeram com que essa terra e floresta internas fossem queimadas. Neste espaço colonizador, percebi que as minhas raízes não foram atingidas e junto com outros indígenas buscava o caminho do Bem Viver. O caminho de volta à Terra sem males fez com que essa energia fluísse e essa terra novamente florescesse.

A partir dos fatos relatados acima e da experiência vivida, acredito que a questão da espiritualidade indígena seja uma das questões mais complexas que as demais, visto que, dentro dessa teia de relações sociais em que se formam e se fortalecem as identidades e a cultura existem fatores já citados que fragilizam a nossa permanência física e espiritual na cidade e não apenas a correlação cultura-natureza é suficiente para justificar a perda identitária ou salvar nossos ritos e tradições. Se, assim fosse, não haveria um crescimento assustador do fundamentalismo religioso dentro dos territórios indígenas.

Existe todo um roteiro de desmonte das práticas existenciais e culturais indígenas, que parte de um projeto de país que contava com a total eliminação da presença dos povos indígenas desde a invasão deste território.

Uma estrutura social forjada para a demonização de nossas práticas, o empobrecimento, a migração, a falta de referências nas cidades, o isolamento, o assimilacionismo, a evangelização sistemática a autonegação, a hetero negação da identidade reforçada pelo estereótipo de purismo, este que cria um padrão fenotípico para enquadrar os povos indígenas, o preconceito reproduzido por alguns indígenas contra aqueles que estão em contexto urbano, o racismo estrutural, ambiental, institucional e religioso, e a falta de políticas públicas culturais que promovam o fortalecimento da cultura indígena.

O quadro de destruição das práticas da espiritualidade indígena está posto, e graças aos nossos ancestrais e à Força Encantada, nada está encoberto de nossos olhos e vemos com clareza a doença para que possamos fazer o remédio e trazer a cura. Existe um desafio que está colocado em nossas mãos e dependerá da autonomia e protagonismo dos povos indígenas para nos alinharmos as forças políticas, sociais e religiosas do meio urbano que possam somar para fortalecer e não mais uma vez nos colonizar.

Analisando hoje, com distanciamento, percebo que ali nesta vivência na base missionária estava o início do Comitê Indígena Mineiro (CIM). A junção de muitos povos em um contexto árido para fazer com que a floresta novamente floresça dentro de cada um de nós, nesse intenso morrer e viver, nesse intenso, começo meio começo, como diz Nego Bispo (SANTOS, 2015), fez com que eu resistisse à desconexão imposta. Viver a coletividade indígena, dentro de um contexto religioso, me fortaleceu e penso que fortaleceu outros indígenas. Percebi o quanto é importante não andarmos só.

Vivi cinco anos nesse exílio, tempo suficiente para que essa floresta me desse estrutura para voltar à cidade e me entender enquanto árvore forte no retorno a Belo Horizonte. Fui conectada com outros indígenas desterritorializados e também desterrados de si mesmos, exilados. Nesse encontro no exílio, com outros indígenas desconectados, desterrados de si mesmos e de suas culturas e territórios, surgiu o primeiro embrião do que veio hoje a ser o Comitê Indígena Mineiro (CIM). Todos esses processos acontecem de forma totalmente impensada e eu jamais saberia quando todas essas vivências no exílio seriam úteis em momento posterior, pois ali naquele processo de destruição dos saberes e práticas indígenas, nos unimos coletivamente e buscamos o Bem Viver na insistência nas práticas originárias. Essa forma de resistir foi fundamental em um momento de emergência indígena: O genocídio contra os guaranis e kaiowá no ano de 2012, em que o chamado à coletividade foi despertado novamente.

Assim, indígenas, não indígenas, sociedade civil, comunidade universitária da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, e os diversos povos indígenas espalhados pela cidade de Belo Horizonte e região metropolitana reuniu-se em prol de nossos parentes no centro oeste, naquele momento pontual de luta. Eu, com a experiência de reunir coletivo indígena na base missionária, fui uma liderança importante neste momento, e é neste contexto que se inicia o Comitê Indígena Mineiro (CIM), que passou a ter ações também no sentido do Bem Viver.

A experiência de desconexão e busca por pertencimento narrada aqui em primeira pessoa, é a situação de muitos povos indígenas pelo Brasil. A migração e desterritorialização provocam um intenso processo de desenraizamento cultural, gerando adoecimentos físicos e psíquicos. No entanto, ao se reunirem na cidade, esses indígenas “exilados” encontram uma forma de resistência e cura, reinventando coletivamente suas identidades e culturas. É desse encontro, impulsionado pela dor, mas também pela esperança, que emergem iniciativas como o Comitê Indígena Mineiro (CIM). Ao compartilhar nossas histórias e anseios, criamos novos laços e sentidos de comunidade, plantando sementes de florestas interiores que podem reverdecer mesmo em um ambiente árido. A busca por pertencimento e Bem Viver se refaz em novos territórios, honrando a floresta que cada um traz no peito, sem esquecer quem somos e de onde viemos, entendendo os riscos de viver na terra alheia. Para resistir à convivência com a racionalidade ocidental e seus costumes é fundamental a coletividade indígena principalmente nas cidades. O Comitê Indígena Mineiro (CIM) tem sua semente e terra na vivência coletiva com diversos povos indígenas na base missionária, o que deu força para plantar um coletivo mineiro. Começa no ano de 2012, a sua história a partir do encontro de outros exilados na cidade, fora de seus territórios e com o desejo profundo de Bem Viver.

O CIM reúne várias etnias indígenas do Brasil e da América latina e tem não indígenas que estão na luta juntos. O Bem Viver entre nós é preservado pela diversidade de práticas rituais indígenas vivenciadas com respeito a cada povo que compõe o coletivo, sem nenhuma tentativa de impor uma unificação ritualística. A pluralidade é fundamental no CIM que não quer ter apenas um saber e nem apenas um modo de viver. Fui coordenadora por 12 anos e neste ano de 2024 estamos reestruturando para uma gestão totalmente coletiva. No momento dessa pesquisa, eu ainda era a coordenadora do CIM e o foco em pesquisar sobre esse coletivo para mim é e sempre foi fundamental para compreender o seu papel diante da organização de indígenas desterritorializados.

Esse artigo é fruto de uma pesquisa realizada com 13 indígenas e 3 pró-indígenas que participam e/ou participaram do CIM. Os indígenas residem na região metropolitana de Belo Horizonte, tem idade entre 29 e 58 anos, sendo 11 mulheres e 02 homens e são pertencentes às

seguintes etnias: Aranã, Puri, Aymara, Quechua, Pacahuara, Pataxó Hã Hãe. Foi realizado um encontro virtual, gravado e transcrito com a proposição de circularidade dos diálogos em roda sobre ser indígena desterritorializado e sobre o CIM. O objetivo foi compreender se o CIM é capaz de resgatar o Bem Viver indígena no cotidiano de povos indígenas desterritorializados em contexto urbano. Os temas que circularam foram principalmente: luta, saúde, Bem Viver e Percepção dos não-indígenas sobre o CIM.

Os temas serão narrados, com reflexões a partir da minha própria vivência no CIM, alguns documentos da organização, bem como algumas práticas e conquistas do mesmo. A ideia, como já dito, é romper com o colonialismo academicista e trazer a reflexão a partir das próprias vivências, sem preocupações teóricas formais. Os participantes da roda de conversa são apresentados nessa pesquisa por codinomes conferidos por mim, a fim de garantir a privacidade e anonimato de todos. Tais codinomes estão relacionados ao território de origem de cada participante, ou a elementos pertencentes à sua cosmologia.

## **2. A circularidade dos diálogos em roda**

A conversa foi inicialmente tímida devido à natureza diversa dos participantes, e a dificuldade de falar abertamente em público. Apesar da diversidade de etnias representadas, os semblantes carregavam uma expressão comum - a de indígenas desterritorializados em busca de renovar suas conexões com a ancestralidade em um ambiente urbano por vezes hostil. Foi proposto uma dinâmica para todos, na qual foram lançadas duas perguntas: Como é ser indígena desterritorializado, vivendo em contexto urbano? Como era a vida no contexto urbano antes e depois de participarem do CIM?

A fala era livre e por quem quisesse falar. As primeiras falas vieram repletas de lembranças da vida antes da migração forçada para a capital. Memórias de rituais, línguas maternas e uma relação profunda com a natureza contrastavam com os desafios enfrentados na metrópole cinzenta. O sentimento de não pertencimento e desconexão permeia os relatos iniciais. As falas dos pró-indígenas que fazem parte do coletivo, mais acostumados às ferramentas digitais e das burocracias acadêmicas foram com mais liberdade diante das câmeras e trouxeram lembranças de processos vividos pelo coletivo que muitas vezes passam despercebidos diante da rapidez e da intensidade dos processos acadêmicos de pesquisa. O maior distanciamento emocional das vivências dos pró-indígenas também nos permitiu ter uma visão diferenciada do coletivo com uma perspectiva externa.

No processo da roda, aos poucos, os sorrisos e a animação tomaram conta dos presentes. Entre falas emocionadas, risos soltos e o ocasional silêncio reflexivo, era nítido o quanto aquele encontro virtual momentaneamente dissolvia os muros da metrópole. Unidos pela força da ancestralidade, os indígenas desterritorializados de Belo Horizonte seguiam plantando suas raízes em novos terrenos. À medida que o diálogo fluía, emergiram também histórias de como o encontro com o CIM serviu de bálsamo para muitas dessas dores. Viver em comunidade, novamente, reviver práticas ancestrais e ter um espaço de acolhimento foram algumas das transformações mencionadas por aqueles que integravam o coletivo. Os participantes descreveram como atividades rotineiras, desde a alimentação até pequenos rituais cotidianos, foram sendo ressignificados a partir do engajamento com o CIM. Então, seguirá a reflexão sobre os temas supracitados surgidos na roda.

## **2.1 A luta dos indígenas desterritorializados na cidade**

O êxodo rural e urbano tem provocado ao longo das últimas décadas um intenso fluxo migratório de povos indígenas para os centros urbanos. A maioria dessa população indígena saiu de suas terras e locais originários, fugindo de conflitos e ameaças na luta por seus territórios e também em busca de melhores condições de vida. Arrancados de suas terras tradicionais, esses grupos enfrentam enormes desafios de adaptação e preservação de suas culturas em contextos citadinos muitas vezes hostis e discriminatórios. Atualmente, o Brasil tem 1.693.535 de pessoas indígenas, o que representa 0,83% do total de habitantes do país, segundo dados do Censo 2022 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), quando considerada a totalidade de indígenas vivendo no país. Destes, 622,1 mil (36,73%) residem em Terras Indígenas e 1,1 milhão (63,27%) fora delas.

Em Belo Horizonte e região metropolitana, os indígenas vivem nas periferias, em condições precárias de sobrevivência, vendendo artesanato, fazendo pequenos “bicos” na construção civil, como vigilantes, ou ainda vivendo na rua, pedindo esmolas, em situação deplorável devido ao uso excessivo de bebidas alcoólicas e outras drogas. Mais recentemente, jovens universitários indígenas também passaram a compor essa população. Diante destes dados, é urgente refletirmos sobre a identidade indígena, o que implica numa compreensão que abrange os diferentes contextos de vida.

A indigeneidade é uma identidade construída, moldada e vivida no contexto politizado do colonialismo contemporâneo. É uma existência que se opõe às sociedades, aos estados coloniais e uma consciência de luta contra essas forças de colonização. Compartilham essa luta

para sobreviver como povos distintos em um ambiente amplamente hostil à sua existência. Por esse entendimento de indigeneidade, pode-se dizer que não há indígena sem colonialismo, não haveria *status* de indígena a ser imposto aos grupos de pessoas cuja própria existência e reivindicação da terra é um obstáculo a esse empreendimento colonial.

Atualmente, há aproximadamente 250 a 600 milhões de povos indígenas em todo o mundo, cada um deles enfrentando a realidade de ter suas terras, culturas e formas de organização atacadas, cooptadas, mercantilizadas e reconstruídas por vários Estados. Independentemente de seu reconhecimento legal, os povos indígenas há muito tempo entendem que sua permanência como povo continuará a depender de sua conexão com a terra, a cultura e a comunidade. O que nos leva à segunda interpretação de indigeneidade, intimamente relacionada à primeira, como uma identidade enraizada em uma relação com o lugar, seja ele físico como a terra, social como a comunidade ou cultural. Assim, como acontece com a cultura e as relações indígenas, a terra deve ser recíproca, com dar e receber, com base em uma visão da terra e da água como uma dádiva que deve ser cuidada ao longo das gerações. A terra é o elo com as gerações, é a farmácia, é a biblioteca e é a fonte de tudo o que sustenta, é o solo e o corpo sagrado. Por esse entendimento, a indigeneidade nasce de uma conexão com a terra estabelecida por meio da observação e do relacionamento, e não de posse e permanência já que historicamente, os povos indígenas têm se deslocado por opção ou pela força, mas, independentemente de onde se encontrem, seja em sua terra natal ou não, mesmo que haja outros povos indígenas em seus novos ambientes, desde que observem os processos e as cerimônias de construção de relacionamentos geracionais com base no respeito mútuo, na compreensão e no amor pela terra em comum, eles permanecerão indígenas.

Em nossa roda de conversa, o ser indígena foi expressado como uma experiência de luta em meio à vida na cidade. Os participantes indígenas contaram sobre desafios vividos por sua desterritorialização e pelo confronto com a lógica social e econômica capitalista, o que gera sentimento de cansaço e adoecimento mental:

A luta dentro da cidade é muito difícil, enfrentando o sistema capitalista. É muita luta, muita luta! O sistema capitalista acaba com os indígenas, causando cansaço e adoecimento mental já está mais forte. Daí digamos que o sistema acaba conosco. Né? O sistema está acabando comigo, por exemplo, e eu me sinto cansada. Eu estou cansada, né? (...) Então é uma luta e a gente tem que lutar para nos levar a comida, nossas coisas, nossa, nossos filhos (Pankarita).

É uma luta muito grande e um preconceito enorme com os filhos da gente na escola. E aí a gente, assim como a Pankarita falou, é luta atrás de luta todos os dias. Então sim, não é fácil (Aranã).

Suga a força física, a força mental, né? E para os povos indígenas tem demais. É mais difícil a luta ainda que é sobrevivendo num sistema que é totalmente contra. (...) A doença mental que os indígenas vão pegando por viver na cidade (Cachoeira).

O retrato de um cotidiano árido e da dor silenciada nos constantes ataques, são contadas em tom de lamento. A necessidade de uma vida coletiva, de aceitação e pertencimento, se soma às necessidades básicas de subsistência material:

Somos desterritorializados, né? Onde quer que a gente esteja nesse continente americano, ele é nossa casa, é o que eu vejo. O que eu sinto é que a gente vive o problema da territorialização precária, né? E aí eu acho que o Comitê Mineiro, ele tem um papel muito importante, né? Para muitas pessoas indígenas de Belo Horizonte e região metropolitana também, né? Que não é só BH de outros territórios no sentido de organização, né? E de entendimento, né? E de entender essas nossas necessidades, né? As inseguranças que a gente vive na cidade, né? São muitas coisas que nos acometem, desde a precariedade, à precariedade da habitação, né? Acredito que a maioria de nós mora pagando aluguel, né? A questão da insegurança alimentar, né? E as vezes de trabalhos precarizados, né? (Sapucaia).

A consciência das causas e consequências por estar em luta, do preconceito, do adoecimento mental, expressa nos relatos acima, provocam reflexões sobre o entendimento do “ser indígena”, considerando a indigeneidade, tanto como uma identidade formada como parte de uma relação colonial quanto como uma identidade enraizada na relação com o lugar. Se mantivermos a interpretação de que a indigeneidade se baseia na posição de alguém em uma relação colonial, o processo de descolonização implicará a abolição dessa relação como premissa da identidade e, portanto, a abolição da indigeneidade como *status*. Os legados coloniais efetivamente deixaram as comunidades indígenas legal e politicamente compartimentadas, e, cultural, social e espiritualmente enfraquecidas dentro dos parâmetros estreitos do Estado.

O que o movimento de descolonização precisa, de acordo com Feliciano Sanchez Chan (2007), são de zonas de refúgio, lugares onde o conhecimento indígena possa ser guardado, exercido e sustentado. Essas zonas de refúgio representam espaços seguros com uma expressão cultural diversificada para a região que pode persistir apesar dos esforços do Estado para criar uma identidade nacional homogeneizada.

O conceito de zonas de refúgio é consistente com os objetivos tradicionais de preservação cultural e autonomia, e com os objetivos revolucionários sociais de pré-configuração, que buscam plantar as sementes de futuros relacionamentos, instituições e

práticas no aqui e agora, pois por meio da expansão destas zonas e de outras instituições de resistência e autonomia, podemos realizar a descolonização na realidade vivida.

A descolonização é o processo de desestabilização das estruturas de poder colonial, seja por meio da anulação de atos de inclusão, da construção de novos bens comuns, da anulação de atos de posse pela reivindicação de nossos espaços e identidades ou da anulação de atos de administração por meio da revolução social.

A revolução social é uma transformação completa de nossa sociedade, economia, cultura, filosofia, tecnologia, relacionamentos e política. Uma mudança contínua e hetero nos poderes, nos impulsos e na consciência das pessoas por meio da educação prática, bem como um colapso e uma transformação progressivos da existência, dos sistemas e das instituições pontuados por grandes rupturas e avanços, com o objetivo de autoliberação. É necessário o confronto com os poderes constituídos, a não cooperação com a ordem estabelecida das coisas e a pré-configuração de novas relações sociais, instituições, infraestrutura e práticas no aqui e agora. Mas, novamente, essa ideia de indigeneidade via colonização é apenas uma compreensão do túmulo.

Precisamos explorar outra abordagem para a descolonização, uma que reconheça o poder e o potencial das relações indígenas com a terra em nível global.

Nesse sentido, a luta dos indígenas desterritorializados parece fortalecida e amenizada em sua dor, no encontro de uma coletividade que viabiliza ambiente acolhedor, de escuta e fala, de apoio mútuo, e potente para construir seus recursos de luta. Os depoimentos a seguir demonstram a importância do encontro dos indígenas em Belo Horizonte e região metropolitana e do CIM na vida de seus membros participantes e na representatividade nas lutas de causas indígenas:

A luta tem que ser coletiva, com todos se apoiando. Aqui é que vou falar sobre a minha experiência aqui em Belo Horizonte, quando cheguei aqui. Tipo essa de que falou a ideia de ficar lutando sozinho e também ficar sozinho. Eu fiquei muito lutando aqui. Tem 14 anos aqui no Brasil, que eu saí da minha terra também. Tem 14 anos. O Peru. Bom, eu sempre fiquei na rua lutando sozinho, né? Eu sou músico, artesão. E eu sou muito grato ao povo Pataxó porque passei um bom dia na feira representando a trabalhar. Avelin lembra que me acolheram ali e eu me senti muito, muito feliz com isso, que eles me chamaram de parente. Tudo estava muito unido e vi que a união faz a força, que sozinho não consegue nada. Então, sou muito grato! (Ochoa).

É assim o comitê. Eu não tenho palavras para descrever o quão maravilhoso é quando a gente está reunido. Às vezes tem algumas discussões, tem alguns problemas, mas tudo acontece (Aranã).

Então, assim, eu acho que o comitê, essa possibilidade, sabe da gente vê de como que esse processo de construção desse Brasil de hoje impacta as nossas populações, as de todos nós, né? De que forma que juntos, a gente pode estar encontrando alternativas de lidar com essas adversidades que todos nós lidamos com ela, né? (Sapucaia).

E eu me sinto muito, muito feliz, muito grata aqui. Eu sei que a gente às vezes não tem aquele tempo, né? Porque eu que tenho. Quem tem filhos pequenos sabe como é que não tem tempo. Tem que levar pra escola, tem que fazer o café da manhã, tem que fazer o almoço, tem que lavar a roupa, mas não dá tempo. (...) O comitê trouxe empoderamento, autonomia e visibilidade para a luta indígena em Belo Horizonte (Quechua).

Isso é um empoderamento. Assim, digamos, de conhecimento, né? De saber como me posicionar, né? De poder responder ao branco quando o branco fala “Vocês índia”. Não, eu sou indígena, é originária mesmo (Pankarita).

Yo soy parte deste actuanes seis anos, né? Então, se eu sou muito grata com o comitê eu aprendi muito... Graças ao comitê yo que está integrado, digamos raízes, voltar a minha raízes, porque antes de conhecer o comitê a gente dizia que era migrante (CUSCO)

O CIM permitiu que esses indígenas desterritorializados reconquistassem sua autoestima e orgulho identitário. A participação no coletivo também descortinou novos horizontes:

Porque nós temos as lideranças. Mas, aí eu elaboro os documentos e as lideranças assinam de acordo, né, com, com tudo. E quando os/as estudantes vão pra faculdade, pra universidade, precisam de documento. Eu elaborei o documento, as lideranças assinam, eu procuro a FUNAI pra eu poder também ter um, né? Algum respaldo da FUNAI para eles estarem, né, bem amparados (Aranã).

Para nós, digamos, as pessoas, cada um tem livre arbítrio, né... De poder fazer o que a gente quiser, porque como o comitê não obriga, ninguém faz. As pessoas fazem o quê? O que pode, o que acho que tem a possibilidade e tudo isso. Por exemplo, 12 anos de luta de nossa coordenadora e eu acho que a gente não pode errar e o comitê já ganhou uma visibilidade, né? Uma visibilidade, uma visibilidade aqui em Belo Horizonte e também dentro do Brasil, né? Porque eu depois, eu falo, eu sou e fui ser parte do Comitê Mineiro. E também eu faço a divulgação na Maria Flor, em Brasília e outras parentes que somos parte. Então, eu acho que o comitê tem que dar continuidade (Pankarita).

A gente já teve a oportunidade de ir a Araçuaí participar de evento com a clássica Tita Maxakali, com a. Majô Maxakali dos canoieiros, tá? Então, quer dizer, é de suma importância a presença do Comitê mineiro. No início eu queria realmente que acontecesse esse fato, né? Trazer essa visibilidade da causa indígena em Minas Gerais. E pra nós também era um momento que a gente estava conhecendo, pelo menos pra mim. O comitê ajudou os indígenas

a se posicionarem, responderem aos brancos e afirmarem sua identidade (Cachoeira).

Mas eu fiquei muito feliz porque quando a minha filha mais velha foi fazer a entrevista para USP, né? E a professora dela ficou assim super lisonjeada por ela ser indígena e falou que queria realmente ela na turma dela, que ela só precisava passar na prova (Aranã)

Percebemos que, como uma zona de refúgio, o CIM se tornou espaço coletivo e legítimo para o confronto com as formas de marginalização, erradicação e violências contra os povos indígenas existentes no meio urbano, desenvolvendo formas colaborativas e criativas de convivência e ação. As conquistas são perceptíveis e a luta necessita ser incansável, visto que, mesmo os chamados “esforços de reconciliação”, são manchados pela realidade de que os povos indígenas permanecem, como em épocas coloniais anteriores, fundamentalmente ocupados com a sobrevivência e destituídos de poder, destituídos de autonomia em suas próprias terras e pressionados a se render e cooperar com uma ordem colonial inerentemente injusta, apenas para garantir a sobrevivência básica.

A cultura indígena abre passagem para existir, em outro contexto de mundo. A escuta ativa e o acolhimento pelo CIM, tem sido um mecanismo de aprendizado e de transformação através da educação, da alfabetização antirracista, em um processo de contracolônização e “indigenização”. Com relação aos espaços de representatividade nas estruturas do Estado, o cenário mudou de dez anos para cá na capital belorizontina.

É possível destacar algumas conquistas que aconteceram nesse tempo: a mobilização social pela luta por cuidados com povos indígenas urbanos no período pandêmico, conforme vídeo na plataforma digital Youtube (@comitemineirodepoioacausa5624); lugar representativo no Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (PBH, 2021); conquista da Lei Nº11348/2022, que institui a Semana Municipal dos Povos Indígenas em Belo Horizonte; a inserção dos povos indígenas na Frente Parlamentar de Apoio aos Povos de Matriz Africana, agora denominada Frente Parlamentar em Apoio aos Povos Indígenas e de Matriz Africana; institucionalização da Feira Abya Yala, feira indígena que ocorre regularmente na Praça Afonso Arinos (DANTAS, 2022). Assim, como organização informal, porém com ações efetivas, o CIM valoriza a oralidade e preconiza a defesa da luta pela terra, pela cultura e pelos direitos e autonomia dos povos indígenas de várias regiões de Abya Yala - termo de origem do povo kuna que significa Terra Viva madura, e é utilizada como sinônimo de América (PORTO-GONÇALVES, 2009).

A criatividade para ser indígena na cidade tem se mostrado fértil, desafiadora e diversa. Muitos indígenas desterritorializados participam também das ocupações urbanas, na esperança de construir um terreno para construir suas casas. Outro fenômeno impulsionado devido à realidade de violências nas cidades, foram os processos recentes de retomada de terras. Nos últimos anos, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) aconteceram seis Retomadas Indígenas, sendo que a maioria delas contou com apoio do CIM. São as retomadas: 1) Retomada Kamakã, em Esmeraldas; 2) Retomada Pataxó, em São Joaquim de Bicas; 3) Retomada Katurama, em São Joaquim de Bicas; 4) Retomada Kamakã Mongoió, em Brumadinho; 5) Retomada Xukuru-Kariri, em Brumadinho; e 6) Retomada Terra Mãe, do Povo Indígena Warao, de refugiados da Venezuela, que aconteceu no início de setembro de 2023, na cidade de Betim. ([www.cedefes.org.br](http://www.cedefes.org.br)).

A luta do CIM é desde a luta material de sobrevivência cotidiana, luta em retomadas indígenas, mas principalmente é sobre resistir à dominação subjetiva do capitalismo que invade os modos de existência dos povos originários, impondo suas narrativas, sua racionalidade violenta, excludente que desterritorializa o indígena do seu povo tanto fisicamente quanto em suas práticas cotidianas, em seus modos de vida.

### 2.3. Saúde e Bem Viver

*A doença mental que os indígenas vão pegando por viver na cidade. Graças ao comitê, os indígenas têm uns aos outros, fortalecendo a saúde mental, como quando um parente dá uma erva para um banho (Pankarita)*

A saúde é uma condição do Bem Viver, que envolve a qualidade de vida, a igualdade de oportunidades e a ajuda mútua. As reuniões e encontros buscam sempre trazer o sagrado, a espiritualidade, a coletividade, a fartura e o Bem Viver:

A expressão bem-viver significa, em primeiro lugar, “viver bem entre nós”. Trata-se de uma convivência comunitária intercultural, sem assimetrias de poder. É um modo de viver sentindo-se parte da comunidade e em harmonia com a natureza. A comunidade não é formada só de humanos. Comunidade é tudo: animais, plantas, água, minerais e espíritos (LESBAUPIN, 2019).

Essa premissa na coletividade do CIM, indica uma via direta com a manutenção da ancestralidade dos povos originários e suas formas de organização no cotidiano dos indígenas em contexto urbano, em trânsito e em territórios de retomada em BH e RMBH. Nas palavras de Pankarita (epígrafe deste tópico), o fortalecimento coletivo, o apoio mútuo, os saberes tradicionais, são fatores que favorecem a saúde mental.

Além disso, em entrevista ao programa “Mundo Político” da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, expliquei que a defesa dos direitos de todos os seres vivos do planeta Terra, missão do CIM, é baseado na cosmovisão indígena que tem a Mãe Terra como sua provedora (KAMBIWÁ, 2023). Estes povos dedicam profundo respeito pela Mãe Terra, que é considerada sagrada e por ela se germina toda vida, portanto não podemos machucar, maltratar, destruir a nossa mãe que é a sustentação do Bem Viver de todos os povos originários do planeta. Assim, o compromisso com o Bem Viver é entendido como processo de contra colonização (SANTOS, 2015). O Bem Viver, em suas bases epistêmicas, é construído de acordo com as leis da natureza, em que praticamos a reciprocidade, a dualidade, a complementaridade, e não acumulamos conhecimento em computadores e no papel, mas transmitimos de geração em geração.

Exercitamos nosso conhecimento onde estamos. A economia indígena é distributiva, não cumulativa. A ética dos povos originários é o respeito a todos os seres, principalmente a Mãe Terra, por isso ela é um sujeito de direito e não uma mercadoria. A democracia indígena é comunitária e não representativa, existe há milhares de anos e com exercício diário de consulta e participação permanente. Os conhecimentos e a justiça são exercidos de maneira coletiva, todos crescem e decrescem juntos (MAMANI, 2010).

Esses princípios do Bem Viver são baseados nos modos de ser, viver e pensar de diversos povos originários. Manter tais princípios inseridos em cidades urbanas, numa capital como Belo Horizonte, por exemplo, é parte da resistência indígena, iniciada há mais de 500 anos. Os indígenas participantes desta pesquisa expuseram essa condição em alguns de seus depoimentos. Para Sapucaia,

O bem viver na cidade é difícil, quase uma utopia, mas o comitê mantém isso como um sonho e uma meta (Sapucaia).

Desde a invasão do território pindorâmico, processos de apagamento sistemáticos dos modos de existir indígenas interferem na vida de todos os seres vivos do planeta, já que as práticas sociais indígenas incluem todos os seres vivos existentes no plano material de nossa

Mãe Terra e também no plano espiritual. A interação entre os seres vivos não é hierárquica, mas orgânica entre todas as vidas e todas elas importam (SANTOS, 2015). Os indígenas de várias etnias presentes neste território têm se deslocado para contextos urbanos, em uma tentativa de se manterem vivos, pois o próprio Estado desde sua fundação, tem sistematicamente imprimido suas forças para destruição desses povos, explorando a natureza com objetivo de ganhar dinheiro, incentivar o consumo e violentar seres vivos como os minerais, a água, as florestas e o próprio ser humano para obterem lucro.

O Bem Viver reafirma a identidade indígena expressa em modos de viver no dia a dia, capazes de ressignificar uma cultura de morte e ódio e trabalhar o "Teko porã", uma boa vida para criar uma sociedade do Bem Viver. Não é muito fácil para as pessoas indígenas em meio urbano desenvolver estratégias de manutenção do Bem Viver, por isso, é uma prática que vem sendo negociada no processo intercultural como forma de manutenção do sentido da vida indígena, com reafirmação da ancestralidade e da saúde. Os depoimentos abaixo explicitam o compromisso dos indígenas e o sentimento de luta constante pela saúde e Bem Viver na cidade, assumidos pelo CIM:

E todos eles contam com o SUS, né? No auxílio do atendimento da saúde, por questões que não foram causadas por questões naturais, né? Foram causadas em função do lucro de alguns, né? Então, eu acho que o Bem Viver é uma meta para a gente estar aí também estabelecendo, né? Porque a gente que tá na cidade vive num lugar muito difícil, né? Desse equilíbrio, né? (Goitacá).

*Proposta de articular, via comitê, ações relacionadas à saúde indígena na cidade, como participação no GT (Grupo de Trabalho) de saúde indígena (Pankarita).*

Igual a gente falou aqui das questões do Bem Viver, né? Eu acho que é estabelecer meta do que nos impacta, né? A maioria de nós aqui nesse contexto e ver de que formas que a gente pode se articular, né, para ir tentando (Sapucaia)

É claro que, levando em consideração as especificidades de cada povo, né? Igual eu sei que o comitê surgiu em função até de lidar com a questão dos parentes e Aranã com a incidência de glaucoma, né? Então assim, eu acho que tem essas questões, né? A questão da segurança alimentar, né? De como que a gente pode se articular para garantir o nosso Bem Viver na cidade, né? (Sapucaia).

Conforme o Manifesto de Existência do CIM (2019), este comitê “*depende apenas das pessoas que o constituem*”. *Nessa perspectiva, a autonomia e autogestão são valores inegociáveis*”. Neste mesmo documento, o Bem Viver é destacado como uma premissa do coletivo:

A busca da defesa intransigente da luta pela terra e pela defesa dos direitos e autonomia dos povos indígenas, da mãe terra, da agroecologia, de um ambiente preservado, equilibrado e que propicie qualidade de vida a todas e a todos. Ao qual chamamos de BEM VIVER. (Manifesto da Existência, 2019)

Davi Kopenawa (2015) explica que a sabedoria indígena compreende que a natureza traz o ar limpo, a água limpa, a saúde quando os pássaros cantam, o vento sopra e há a chuva. O Bem Viver indígena nos mostra como sobrevivermos na terra, como comer bem, dormir bem. Porém, ser indígena e viver nos centros urbanos é conviver diretamente com a racionalidade ocidental que só pensa em destruir, são loucos para ganhar dinheiro e derrubam e destroem toda a natureza, estragam a saúde.

O distanciamento dos modos de viver, dos indígenas e a sociedade envolvente, estabelece um desafio primordial ao CIM, que implica na construção de vínculos, na reafirmação identitária e na luta por direitos. No contexto urbano e longe de seus lugares de pertencimento, os indígenas desterritorializados que tem participado das ações do CIM, tem somado à construção de um modo indígena de viver nas cidades, ou melhor, à urgente idealização e viabilização de um Bem Viver Indígena na realidade urbana.

### **2.3 Percepção dos pró-indígenas**

*Porque o comitê me traz essa ideia de laços afetivos, né... Que na cidade parece que se perde um pouco assim. Os não indígenas se perderam um pouco nesses laços de afetos, de trocas, de compartilhar. E o comitê? Ele me traz esse respiro, vamos dizer assim, de sobriedade, sabe, das relações mais sóbrias e igualitárias (Nawá Mirim).*

As relações instituídas no CIM o definem atualmente como uma Organização Indígena Descentralizada (OID), ideia presente no artigo de autoria de Dagda Uni (2023), em que explica que se trata de uma organização coletiva de vários povos, estabelecida sob os seguintes princípios: ausência de hierarquia (estrutura hierárquica vertical) e liderança imposta e centralizada; a direção é determinada de forma horizontal e democrática; os membros/comunidade devem ter autonomia e independência; não há controle central e as decisões são definidas de modo participativo, colaborativo e democrático; preza pela

transparência e justiça, havendo compartilhamento voluntário de recursos e poder; há flexibilidade e adaptabilidade; nenhum grupo étnico tem autoridade sobre outro; preservação da autonomia cultural. Assim, como organização indígena descentralizada, o Comitê Mineiro Indígena (CIM) não tem uma sede física, mas vem proporcionando encontros de cuidado e lutas cotidianas que parecem reconstruir os sentidos de existências desses povos.

Essa autonomia é legalmente reconhecida desde 2007 pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007), em que se define o direito de autodeterminação dos povos indígenas. Esse direito refere-se, conforme Artigo 3, à determinação livre do status político e à livre busca por seu desenvolvimento econômico, social e cultural. E, no Artigo 20 desta Declaração, fica também definido o direito de “manter e desenvolver seus sistemas ou instituições políticas, econômicas e sociais”. E ainda, nos artigos 20 e 33, fica reconhecido o direito dos povos indígenas de terem instituições independentes.

O CIM reúne atualmente 42 famílias de 20 etnias diferentes, brasileiras e de países sul-americanos, como Bolívia, Venezuela, Peru e Argentina. A experiência que o CIM vem acumulando a partir do acolhimento desta diversidade de povos, das escolhas de suas pautas de luta, do seu modo de luta e convivência e de seus processos de gestão, confere uma organicidade ao coletivo, reconhecida pelos pró-indígenas que compõem o comitê. Suas reuniões, eventos e debates buscam acolher, orientar e fortalecer os laços entre as pessoas e comunidades indígenas, promovendo a transformação social e a inclusão laboral, valorizando a oralidade e a defesa da luta pela terra, cultura e direitos indígenas.

Nesse sentido, a noção de Bem-Viver é apreendida pela vivência e não por meio de estudos teóricos. É o que destaca em seu depoimento a não indígena Nawá Mirim:

Então tem essa convivência e essa troca, esse compartilhar, entre os indígenas, me fez ver mais ainda na prática, esse conceito do bem viver. E em relação ao impacto do comitê na minha vida é muito grande também... Eu já tive contato com esse conceito, mas no comitê eu vi isso acontecendo em várias iniciativas, tanto na feira, na Semana dos Povos Indígenas e nas ajudas, nas vaquinhas solidárias que o Comitê fez para diversas retomadas aqui perto, né... Tanto em São Joaquim de Bicas como em Brumadinho. E também não só as vaquinhas solidárias, mas o que se dispôs a mão de obra lá em São Joaquim de Bicas, se diz por aí em Brumadinho (Nawá Mirim)

Uma pessoa pró-indígena revelou que antes de entrar para o CIM teve uma experiência com o movimento anarquista, e explicou como esse movimento tem relação com a vida orgânica estabelecida pelo comitê:

A minha procura no comitê é o que mais se aproximava do que eu concebia. É como ação social e política, porque eu sou do meio do movimento anarquista final dos anos 80 e 90... Dessas coisas que eu imagino, de harmonia (Nawá)

O CIM causa uma revolução que inverte a lógica tradicional de educação e da aprendizagem do mundo ocidental, em que teoria e prática são dissociáveis. Esse fator atrai pró-indígenas em busca de superação da vida intelectualizada/racionalizada e pouco sentida e partilhada.

Ah, na minha percepção, isso é muito mais orgânico, né? Não é uma coisa que tem uma ideologia ou uma teoria que embasa as nossas sobre o comportamento dos indígenas. É a vivência deles, é a experiência deles. Então é uma coisa que já é vivida. A gente aprende a viver talvez lendo sobre anarquismo, né? Aí a gente tem contato com teorias marxistas ou anarquistas. Aqui a gente tá aprendendo a ser mais, a compartilhar mais, a viver de forma mais coletiva, igualitária. Não tem teoria, tem prática, vivência. Eles já vêm com o hábito e com o exemplo deles que a gente observa, a gente aprende ali. Então pra mim é de uma forma mais orgânica, espontânea e incorporada. É menos ideológica do que movimentos políticos, por exemplo... O Bem Viver indígena, ele é orgânico, não tem uma teorização do como ser (Nawá Mirim)

Os relatos indicam que o CIM enfatiza a importância de elevar as vozes, os conhecimentos e as pedagogias indígenas em busca da descolonização e/ou decolonização e da revolução social, o que implica uma transformação completa da sociedade, da economia, da cultura e dos relacionamentos em direção à autolibertação. A descolonização e/ou decolonização é apresentada como um processo de desestabilização das estruturas de poder colonial, de recuperação de espaços e identidades e de prefiguração de novas relações sociais, instituições e práticas no presente.

### **3. Considerações Finais**

O Comitê Indígena Mineiro (CIM) tem demonstrado potencial para resgatar e viabilizar o Bem Viver no cotidiano dos povos indígenas desterritorializados que vivem em contexto urbano, especialmente na região metropolitana de Belo Horizonte. Esse coletivo surgiu em 2012 com o propósito de apoiar as causas indígenas no estado de Minas Gerais, prestando suporte jurídico, médico e assistencial, além de discutir e propor políticas públicas voltadas para essa população.

Ao longo de mais de uma década de existência, o CIM tem estabelecido uma forte resistência contra a estrutura social capitalista que busca apagar os modos de vida indígenas.

Suas ações coletivas e conquistas, como a mobilização social durante a pandemia, a obtenção de representação em conselhos municipais, a institucionalização da Feira Abya Yala e a criação da Semana Municipal dos Povos Indígenas em Belo Horizonte, demonstram seu compromisso com a luta pelos direitos e autonomia desses povos.

Um aspecto fundamental do CIM é sua capacidade de resgatar e ressignificar as práticas do Bem Viver no contexto urbano, envolvendo a convivência comunitária intercultural, a harmonia com a natureza, o respeito a todos os seres vivos, a reciprocidade, a complementaridade e a transmissão de conhecimentos de geração em geração.

As reuniões e encontros promovidos pelo coletivo trazem o sagrado, a espiritualidade, a coletividade, a fartura e a alegria de "estar entre os nossos". Isso fortalece os vínculos comunitários, a solidariedade e o intercâmbio de culturas, fundamental para a manutenção da saúde mental e física dos indígenas desterritorializados.

O Bem Viver envolve também a busca por qualidade de vida, segurança alimentar, agroecologia e o cuidado mútuo. Embora seja um desafio no contexto urbano, o CIM incentiva a apropriação dos espaços públicos, a valorização das diferentes culturas e o diálogo multicultural, criando oportunidades para a geração de renda através de atividades autônomas, como exposições de artes e participação em eventos culturais e ambientais.

Além disso, o CIM tem sido fundamental para o empoderamento e a afirmação da identidade indígena. Seus participantes relatam ter aprendido a se posicionar, responder aos não-indígenas e afirmar sua origem, graças aos ensinamentos compartilhados no coletivo. Essa reafirmação identitária é essencial para a manutenção dos modos de vida indígenas e a resistência contra os processos de apagamento sistemático impostos pelo sistema capitalista.

Em suma, o Comitê Indígena Mineiro (CIM) tem se mostrado uma força potente no resgate do Bem Viver para os povos indígenas desterritorializados em Belo Horizonte e região metropolitana. Ao promover o acolhimento, a solidariedade, o empoderamento e a valorização das culturas originárias, o CIM cria um espaço de resistência e luta pelos direitos indígenas, ao mesmo tempo em que ressignifica os sentidos de existência desses povos em meio ao contexto urbano. Com base na análise dos dados disponibilizados, podemos concluir que o CIM desempenha um papel fundamental no resgate do "Bem Viver" indígena no cotidiano de povos desterritorializados em contexto urbano.

A seguir, apresentamos as evidências que sustentam essa conclusão: Primeiramente, é notório que a experiência de desterritorialização e migração forçada para os centros urbanos acarreta um profundo desenraizamento cultural para os povos indígenas. Os relatos coletados na roda de conversa ressaltam sentimentos de desconexão, perda de identidade e adoecimentos

psíquicos decorrentes desse processo violento. A metrópole, espaço hostil e cinzento, contrasta radicalmente com os modos de vida ancestrais pautados na relação intrínseca com a natureza. Nesse cenário adverso, a participação no CIM emerge como um verdadeiro divisor de águas na trajetória desses indígenas desterritorializados. Por meio da vivência comunitária promovida pelo coletivo, são resgatados elementos fundamentais do "Bem Viver" indígena, tais como: a valorização dos saberes ancestrais, a retomada de práticas rituais e culturais, o fortalecimento dos laços étnicos, e a (re)construção de um sentido de pertencimento. Os depoimentos evidenciam como as atividades cotidianas foram sendo ressignificadas a partir do engajamento com o CIM. Algo tão simples quanto a alimentação ou pequenos rituais diários passaram a carregar novamente a carga simbólica e a cosmologia milenares das tradições indígenas trazendo reconexão com espíritos, os antepassados e toda a cosmovisão. Essa retomada das práticas ancestrais demonstra que o CIM vai muito além da mera assistência política e social. Ao proporcionar um ambiente acolhedor e seguro para o pleno exercício das expressões culturais indígenas, o coletivo possibilita que seus integrantes revisitem e ressignifiquem o "Bem Viver" nos novos territórios urbanos nos quais se encontram. É a construção criativa de uma existência balizada nos preceitos tradicionais, porém adaptada à realidade contemporânea das cidades. Portanto, os dados analisados conduzem à conclusão de que o Comitê Indígena Mineiro, por meio de sua atuação coletiva e comunitária, consegue resgatar de forma pungente o "Bem Viver" indígena no cotidiano de povos desterritorializados no meio urbano. Ao restabelecer elos profundos com a ancestralidade, proporciona a esses indígenas reencontrarem suas raízes em novos terrenos, permitindo que brotem e floresçam novas sementes de identidade, pertencimento e bem-estar psicofísico e espiritual.

## 5.REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Ato administrativo**: Edital de eleição do COMPIR 2021/2023 – Resultado da eleição das entidades eleitas representantes da sociedade civil. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/406446>  
Acesso em 26/08/2023.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, n. 5, p. 611–614, set. 2004.

CHAN, Feliciano Sánchez. **Ukp'éeł wayak/ Siete sueños**, México, ELIAC, 2007, pp. 50-51.

CMACI – Comitê Mineiro de Apoio às Causas Indígenas. **CMACI**: Queremos a volta do Espaço indígena na 32 Feira Nacional de artesanato – Expominas. Assine o abaixo-assinado! Notícias – APUBH/UFMG. 22/01/2021. Disponível em: <https://apubh.org.br/noticias/cmaci-queremos-a-volta-do-espaco-indigena-na-32-feira-nacional-de-artesanato-expominas-assine-o-abaixo-assinado/> Acesso em: 26/08/2023.

DANTAS, A. Abya Yala, primeira feira indígena e imigrante em BH, ganha espaço permanente. 2022. **Notícias Externas**: UFMG. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/abya-yala-primeira-feira-indigena-e-imigrante-em-bh-ganha-espaco-permanente>. Acesso em 26/08/2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>. Acesso em 26/08/2023.

KAMBIWÁ, A. A luta indígena em Minas e no Brasil. **Mundo Político**. ALMG, 18/04/2023. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/tv-assembleia/videos/video?id=1776216&tagLocalizacao=88>. Acesso em 26/08/2023.

KHOTARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto. **Pluriverse: A Post-Development Dictionary**. Nova Delhi: Tulika Books, 2019.

KOPENAWA, D; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés: São Paulo: Companhia das letras, 2015.

LESBAUPIN, I. Por uma nova concepção de desenvolvimento. **Dossiê Bem-viver. 2019**. Disponível em <https://iserassessoria.org.br/wpcontent/uploads/2019/01/Dossi%C3%AA-Bem-Viver.pdf> acessado 15 de abril de 2022.

MAMANI, F. Buen Vivir/Vivir Bien. **Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas**. CAOI, 2010.

MANIFESTO DE EXISTÊNCIA DO CIM- COMITÊ INDÍGENA MINEIRO, 2019  
[https://www.facebook.com/lamanuncamais/videos/representante-do-comit%C3%AA-mineiro-de-apoio-%C3%A0s-causas-ind%C3%ADgenas-gabriela-rocha-leu-/526241080918980/?\\_so=\\_permalink&\\_rv=\\_related\\_videos&locale=hi\\_IN&\\_rdr](https://www.facebook.com/lamanuncamais/videos/representante-do-comit%C3%AA-mineiro-de-apoio-%C3%A0s-causas-ind%C3%ADgenas-gabriela-rocha-leu-/526241080918980/?_so=_permalink&_rv=_related_videos&locale=hi_IN&_rdr).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. 2007. Disponível em: [https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS\\_pt.pdf](https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf). Acesso em: 19/04/2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Abya Yala. **Chakaruna**. Rio de Janeiro, v. 11, 2009.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Brasília, DF: INCTI – UnB. 2015.

UNI, D. **Organizações Indígenas Descentralizadas (OIDs) – Parte I: uma semente do futuro**. Disponível em: <https://myceliaxyz.substack.com/p/decentralised-indigenous-organisations>. Acesso em 13 de maio de 2024.